

## PROJETO VETADO INTEGRALMENTE

# Dilma barra criação de cidades

RICARDO MEDEIROS - 25/01/2012

**Presidente argumentou que medida traria impacto negativo a prefeituras**

BRASÍLIA

➤ A presidente Dilma Rousseff decidiu vetar integralmente o projeto que tratava da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Na mensagem publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), e dirigida ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB), Dilma explica os motivos de ter vetado o Projeto de Lei nº 98, de 2002, citando contrariedade ao interesse público.

A proposta havia sido aprovada pelo Senado em outubro, mas a mensagem de Dilma lembra do risco de serem gerados gastos, sem haver receita suficiente para cobrir tais despesas.

O Ministério da Fazenda (MF) foi consultado e manifestou-se pelo veto ao projeto de lei complementar, argumentando que a medida permitiria a expansão expressiva do número de municípios no país, resultando em aumento de despesas com a manutenção de sua estrutura administrativa e representativa.

## ESPÍRITO SANTO

No Estado, 14 regiões querem se emancipar de seus municípios, entre elas a Grande Jucu, em Vila Velha, e Campo Grande, em Cariacica.

O relator do projeto no Senado, Valdir Raupp (PMDB), chegou a estimar que as novas regras permitiriam o começo do processo de desmembramento e criação pelo menos 180 municípios.

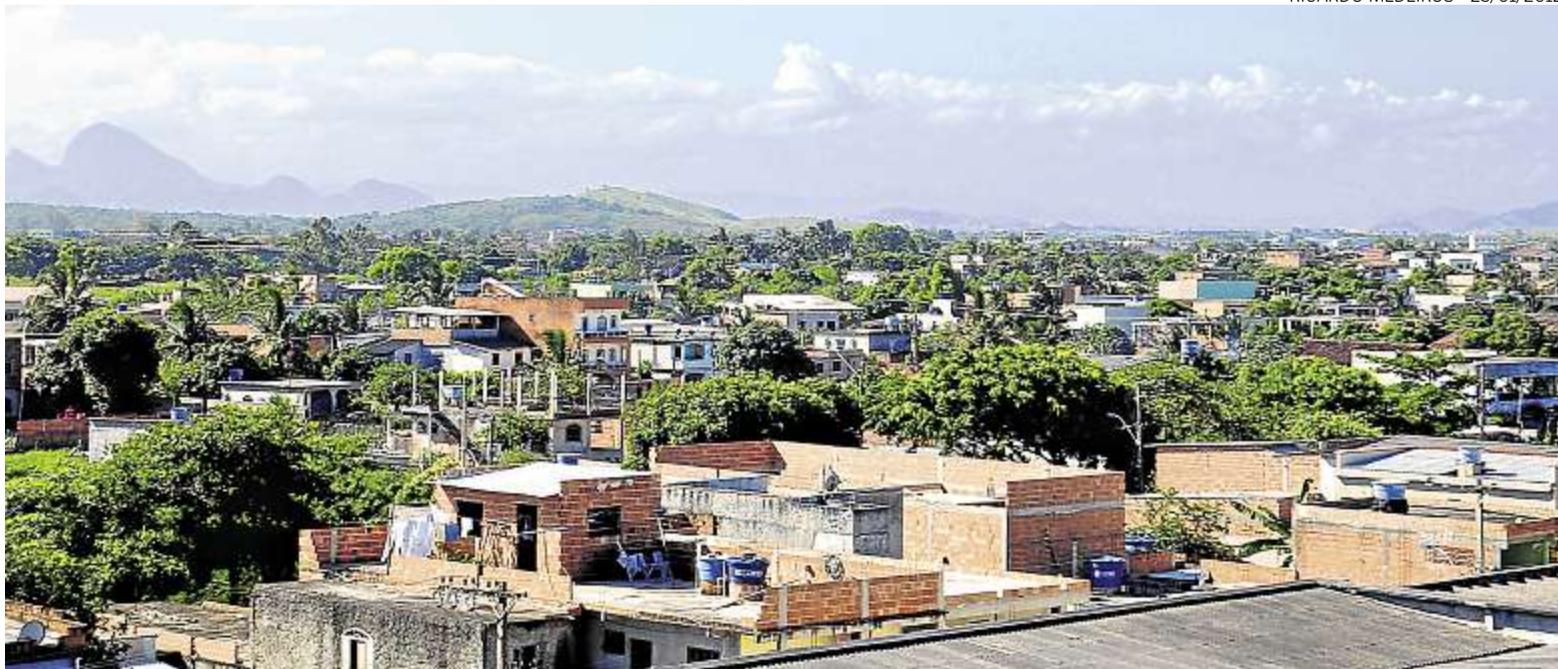
## NO ESTADO

### Independência

14 regiões querem se emancipar de seus municípios no Estado

### Lista

Campo Grande e Nova Rosa da Penha (Cariacica); Guriri e Nestor Gomes (São Mateus); Bebedouro e Desengano (Linhares); Grande Jucu (Vila Velha); Santa Cruz (Aracruz); Itaoca (Cachoeiro); Paulista (Barra de São Francisco); Braço do Rio (Conceição da Barra); Piaçu (Muniz Freire); Pequiá (Lúna); e Ibituba (Baixo Guandu)



Bairros como Terra Vermelha, em Vila Velha, passariam a integrar a Grande Jucu, região que abriga mais de 80 mil habitantes

CARLOS ALBERTO SILVA



O distrito de Aracê, que abriga a Pedra Azul, estuda proposta de emancipação

## Presidente de associação comemora: “Decisão foi coerente”

➤ Para o presidente da Associação dos Municípios do Estado, Dalton Perim (PMDB), a decisão da presidente foi acertada.

“Criar mais municípios seria criar mais problemas, levando em conta as dificuldades financeiras que enfrentamos agora. Pode até ser que alguns municípios tivessem condições de se manter, mas, de modo geral, acredito que a presidente foi coerente e sensata”.

Perim acredita que o tema não é relevante para o momento. “A população não quer mais políticos, e sim políticos eficientes. Temos que gastar nossa ener-



**Perim acha que o tema não é relevante agora**

gia na busca de soluções para os problemas que os municípios estão enfrentando. Precisamos salvar os municípios já existentes”.

O secretário-chefe da Casa Civil, Tyago Hoffmann, afirma que Dilma foi pru-

dente. “Aqui no Estado, o Tribunal de Contas já emitiu parecer de alerta a aproximadamente 70 municípios. Neste cenário de perda de receita, essa situação deve ser evitada”.

Em Cariacica, onde as regiões de Campo Grande e Nova Rosa da Penha pretendem emancipar-se, o presidente da Câmara de Vereadores, Marcos Bruno (PRTB), também comemora o veto. “A emancipação traria investimentos e projetos dos governos federal e estadual em Cariacica devido à formação de uma nova legislação nos municípios recém-formados”.

## Pedra Azul aposta em derrubada do veto

➤ Uma das regiões capixabas que pretendem a emancipação, o distrito de Aracê, conhecido por abrigar a Pedra Azul, em Domingos Martins, aposta na derrubada do veto pelo Congresso Nacional.

O presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável de Pedra Azul do Aracê, Joaquim Silva, acredita que, mesmo que o Congresso mantenha o veto da presidente, o Supremo Tribunal Federal deve manifestar-se a favor das localidades que querem virar mu-

nicipios. “O governo federal não deveria interferir nisso, já que a criação de municípios é de competência do Estado. Essa é uma perplexidade jurídica que deve ser enfrentada”, afirma.

“Acho que a decisão foi um equívoco da presidente ou um afago político em alguns setores mais conservadores da sociedade brasileira. A República estremeceu e está machucada. Essa é uma decisão perigosa para a estrutura do processo republicano”, diz. (Natália Bongiovani)

## Bancada federal vai discutir o assunto

➤ Coordenador da bancada federal capixaba, o deputado Paulo Foletto (PSB) afirma que vai discutir o veto da presidente com os colegas parlamentares.

Ele declara respeitar a decisão de Dilma. “Os municípios que eram ricos passam por dificuldade hoje. Neste momento, em que a economia mundial passa por crise, a presidente está preocupada em criar municípios e não conseguir estruturá-los”.

É o que pensa também o senador Ricardo Ferraço (PMDB), que votou contra a criação dos municípios. “A decisão dela foi correta. Seriam muitos gastos com

custeio e haveria redução de recursos nas áreas que a população anseia. Isso é um equívoco, um erro sem tamanho, que diminuiria a capacidade de investimento dos governos. Neste momento de profunda crise, isso seria dividir problema, e não solução”.

Já o deputado estadual Josias da Vitória (PDT), que chegou a realizar audiência pública para debater o tema, manifesta-se contra o veto. “A lei vetada era adequada e responsável, não permitia que qualquer lugar pequeno virasse cidade. Acho que o governo federal deveria ampliar o debate”.